



Advogado reclama de não acompanhar depoimento

O advogado criminalista Cezar Rodrigues vai ajuizar uma representação, na segunda-feira (5/11), contra o Ministério Público e a Corregedoria, em São Paulo. Ele diz que está sendo impedido de acompanhar depoimentos de seu cliente – André Luis Telles Barcellos, acusado de ser um dos “colaboradores” do traficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadía.

“Vou representar contra os promotores do caso e sobretudo contra o delegado Fernando Costa, a Segunda Delegacia de Crimes Funcionais da Corregedoria de Polícia Civil”, diz Cezar Rodrigues. Ele sustenta que os advogados estão sofrendo “um estratagema urdido” porque não são informados sobre o paradeiro de seus clientes nos dias em que prestam depoimentos para acusar policiais civis de extorsão.

Nesta quinta-feira (1º/11), o advogado William Túlio Simi esteve no Centro de Detenção Provisória Dois, em Guarulhos, a 35 km da capital paulista, para visitar um cliente seu. Ele viu André Luis Telles Barcellos em uma viatura policial. No inquérito do caso Abadía, Barcellos é acusado de ter comprado, para o colombiano, uma fazenda em Guaíba e uma aeronave modelo King Air B90, que depois “foi vendida para um terceiro na Venezuela”. Barcellos é natural de Porto Alegre, onde nasceu em 12 de abril de 1986. Diz-se “estudante”.

Simi telefonou, então, ao criminalista Cezar Rodrigues para relatar o que viu. Sem ser avisado da movimentação de seu cliente, Rodrigues mandou um estagiário ao Fórum da Barra Funda (zona oeste de São Paulo). Lá, segundo Rodrigues, o estagiário teria sido informado pelo delegado corregedor Fernando Costa que “quando alguém vai depor como vítima não precisa de advogado”. Barcellos aparece, na Corregedoria, como vítima dos policiais acusados de extorquirem a quadrilha de Abadía.

“Eu disse ao corregedor que ele estava rasgando a Constituição”, afirma Cezar Rodrigues. “Se meu cliente depõe a portas fechadas, sem seu advogado, e acusando maus policiais, a experiência mostra que ele pode ser morto dentro da cadeia e sua família ameaçada ou mesmo morta”, alerta. O criminalista afirma que “há uma trama para que advogados dos que acusam policiais não fiquem sabendo dessas oitavas, o que é absolutamente inconstitucional”.

Extorsão

O principal nome da trama que envolve policiais no caso Abadía é o do delegado Pedro Luiz Pórrio. Ele e outros oito investigadores tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça, com base em grampos da Polícia Federal. As escutas indicam que este ano, quando Pórrio chefiava a Delegacia Seccional de Osasco, sua equipe extorquiu R\$ 35 mil de um traficante fora de sua jurisdição, em Campinas, além de tê-lo torturado.

Pórrio, outros dois delegados, quatro investigadores e um agente são acusados de extorquir US\$ 800 mil de Abadía. Por conta disso, Pórrio foi afastado das funções da Delegacia Seccional de Osasco, e depois transferido para a Delegacia do Idoso, na capital.

Date Created

01/11/2007